

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA:
CAMINHOS PARA A CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A SUSTENTABILIDADE
ENVIRONMENTAL EDUCATION IN SCHOOLS:
PATHWAYS TO SUSTAINABILITY AWARENESS**

ISSN: 2674-662X. DOI: 10.29327/2334916.19.1-93

Silas Ramos Moraes ¹

Estevam Pinheiro Lindoso ²

Sônia de Fátima Ribeiro Durans Ribeiro ³

RESUMO

O presente artigo, de natureza bibliográfica e abordagem narrativa, discute a relevância da educação ambiental nos espaços educativos como elemento fundamental para a promoção da sustentabilidade na sociedade contemporânea. Parte-se do entendimento de que a degradação ambiental atual está fortemente associada ao chamado progresso industrial e urbano, que compromete o equilíbrio entre o ser humano e a natureza. Nesse contexto, considera-se que a educação, especialmente a educação ambiental, aliada aos espaços formativos, desempenha papel essencial na construção de práticas sociais conscientes e comprometidas com o desenvolvimento sustentável. Conclui-se que a integração entre conhecimento e ação crítica nos ambientes educativos potencializa a formação de cidadãos mais sensíveis às questões ambientais, favorecendo a transformação da realidade e a construção de uma sociedade mais sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Educação ambiental. Espaço escolar. Sociedade.

ABSTRACT

This bibliographic article with a narrative approach discusses the relevance of environmental education within educational spaces as a fundamental element for promoting sustainability in contemporary society. It is based on the understanding that current environmental degradation is strongly associated with the so-called industrial and urban progress, which compromises the balance between humans and nature. In this context, education, especially environmental education, combined with formative spaces, plays an essential role in building socially conscious practices committed to sustainable development. It is concluded that the integration of knowledge and critical action within educational environments enhances the formation of citizens more sensitive to environmental issues, fostering the transformation of reality and the construction of a more sustainable society.

KEYWORDS: Environmental education, school environment, society.

¹ Mestrando em Ciências da Educação pela Escola Superior de Educação João de Deus - Lisboa, Portugal. E-MAIL: srmleite@hotmail.com

² Mestrando em Ciências da Educação pela Escola Superior de Educação João de Deus - Lisboa, Portugal. E-MAIL: estevam_lindoso@hotmail.com

³ Mestranda em Ciências da Educação pela Escola Superior de Educação João de Deus - Lisboa, Portugal. E-MAIL: soninhadurans123@gmail.com

INTRODUÇÃO

A degradação ambiental que ocorre atualmente tornou-se um dos problemas mais significativos, especialmente desde as últimas décadas. Segundo Morin (2017), suas origens estão na concepção de um mundo industrializado, moldado pela cultura ocidental. Assim, o desenvolvimento atual, estabelecido na maioria das nações, tem sido delineado pelo crescimento demográfico impulsionado pelo progresso industrial e urbano dos países.

Esse processo tem gerado uma pressão crescente sobre o meio ambiente, seja de forma direta, com o alto consumo de espaço e recursos, seja de forma indireta, ao superar gradualmente a capacidade de resiliência dos sistemas naturais, sobrecarregados pelas atividades humanas e deixando um rastro de deterioração ambiental. Sachs (2017, p. 27) alerta:

O biólogo de Harvard E.O. Wilson calcula que, antes da existência dos seres humanos, a taxa anual de extinção de espécies era de aproximadamente uma por milhão (0,0001%). Atualmente, as estimativas apontam taxas de extinção de 100 a 10.000 vezes esse número.

Esse processo de degradação pode ser observado tanto em nível local quanto global. Fora do contexto local, alguns dos problemas ambientais enfrentados hoje possuem uma dimensão planetária, como as mudanças climáticas, que ameaçam o equilíbrio da biosfera devido à imensa liberação de gases do efeito estufa na atmosfera (Veiga, 2015).

Entre outros impactos ambientais igualmente preocupantes, Loureiro (2019) explica que, a cada minuto, 2.000 árvores são derrubadas na região amazônica; que, nos Estados Unidos, restam menos de 4% das florestas nativas; e que, globalmente, 80% das florestas desapareceram devido ao avanço desenfreado do desenvolvimento humano.

A globalização dos problemas ambientais e a extinção em massa de um grande número de espécies exigem um questionamento profundo das tradições hierárquicas e das práticas sociais que persistem na sociedade (Veiga, 2015). Diante disso, fica evidente que vivemos uma situação crítica, marcada por uma série de problemas interligados, como a poluição e a degradação dos ecossistemas, o esgotamento dos recursos naturais, o crescimento acelerado da população mundial, os desequilíbrios resultantes do progresso industrial, a redução da biodiversidade e, também, a perda da diversidade cultural.

O agravamento desse problema ambiental, impulsionado pela degradação e pela crescente poluição, está diretamente ligado à busca constante por melhores condições e qualidade de vida. Diante desse cenário, torna-se urgente utilizar a educação como um processo abrangente e integral, capaz de estimular o desenvolvimento humano e viabilizar uma revisão crítica dos comportamentos e práticas sociais que comprometem as condições ecológicas e culturais necessárias à sustentabilidade ambiental (Leff, 2011).

A crescente degradação ambiental, impulsionada pelo avanço industrial e urbano, evidencia a necessidade urgente de repensar a relação entre sociedade e natureza. A educação ambiental, aliada aos espaços educativos, surge como um meio fundamental para conscientizar os indivíduos na adoção de práticas sustentáveis. Dessa forma, compreender como a educação pode contribuir para a formação de cidadãos críticos e responsáveis diante dos desafios socioambientais justifica a realização deste estudo.

O objetivo geral é analisar a relação entre a educação ambiental e os espaços educativos como instrumentos essenciais para a construção de uma sociedade mais sustentável. Os objetivos específicos são: investigar a importância da educação ambiental na formação de cidadãos conscientes e críticos sobre as questões ambientais; identificar o papel dos espaços educativos na promoção de práticas sustentáveis;

discutir como a integração entre educação ambiental e espaços educativos pode contribuir para o desenvolvimento sustentável. Busca-se responder à seguinte questão: de que maneira a educação ambiental, aliada aos espaços educativos, pode contribuir para a formação de uma sociedade mais sustentável?

Este estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica, baseada na análise de publicações acadêmicas, livros e documentos institucionais que abordam a educação ambiental e sua relação com os espaços educativos. A pesquisa tem abordagem qualitativa e se fundamenta na interpretação de referenciais teóricos que discutem o tema.

O QUE É O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?

O conceito de desenvolvimento sustentável modificou – no contexto construtivo social, de acordo com Silva (2016) – a relação existente entre natureza e ser humano, substituindo-a pela de meio ambiente e desenvolvimento. Essa é uma nova ordenação que inicia os debates atuais de ordem internacional. Esses debates surgem a partir da década de 1970 e, ao final dos anos 1980, por meio do Relatório Brundtland, intitulado “Nosso Futuro Comum”, na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento [CMMAD], o conceito de desenvolvimento sustentável aparece formalmente, sendo definido como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades” (ONU, 2015, p. 67).

Ao explorar o conceito de “sustentável”, percebe-se que diversos documentos fazem referência ao mesmo significado apresentado no Relatório Brundtland; no entanto, em outros textos, ele é traduzido como “sustentável” ou “sustentado”. Assim, em algumas nações, é conhecido como “desenvolvimento sustentável”, enquanto em diversas traduções oficiais de outros países se expressa como “desenvolvimento sustentado”. Apesar dessa diferença, não há uma

discrepância aparente de significado, independentemente da postura daqueles que defendem o uso do termo “sustentável” (Silva, 2016). De maneira geral, o que se expressa simbolicamente nessas formulações é um conceito de longo alcance, que envolve uma ampla gama de ações sociais voltadas para uma vida equilibrada.

Atualmente, a noção de desenvolvimento sustentável é empregada em diversos contextos e com diferentes significados, tanto por indivíduos de diferentes culturas quanto em áreas técnico-disciplinares específicas. Isso ocorre devido à interação entre as esferas ambiental, econômica e social em que o ser humano se insere (Leff, 2011). Dessa forma, estabelecer uma definição única e fixa é impossível. Como aponta Sachs (2017, p. 69): “essa expressão, desenvolvimento sustentável, é empregada como um termo que possui múltiplos significados (polissemia)”. Entretanto, é possível construir uma definição operacional de desenvolvimento sustentável ao reconhecê-lo como:

Um processo harmônico que demanda dos diferentes representantes da sociedade responsabilidades e obrigações na prática dos modelos econômico, político, ambiental e social, assim como na gestão dos recursos naturais, garantindo uma qualidade de vida adequada” (Sachs, 2017, p. 68).

No âmbito da relação entre meio ambiente e desenvolvimento, foram identificadas duas vertentes do desenvolvimento sustentável, cada uma com diferentes linhas de pensamento. São elas: a sustentabilidade forte e a sustentabilidade fraca. A sustentabilidade forte defende que os tipos de capital natural e econômico são complementares, mas não equivalentes, de modo que os recursos naturais são insubstituíveis e essenciais para a produção. Já a sustentabilidade fraca sugere que o capital econômico e o capital natural podem ser intercambiáveis, ou seja, a geração atual pode deixar para as futuras gerações um capital econômico maior do

que recebeu, desde que os recursos naturais sejam compensados por outros tipos de capital (Villela, 2018).

Ambas as perspectivas contribuem para a concepção do desenvolvimento sustentável. As duas abordagens filosóficas enfatizam a necessidade de uma nova reconstrução da argumentação social, apontando que, para alcançar o sucesso, é preciso adotar princípios como equidade social, inclusão e combate à pobreza (Villela, 2018).

Nesse sentido, sem dúvida, a racionalidade da sociedade deve orientar a forma como o desenvolvimento sustentável deve ser estabelecido, assim como o pensamento crítico deve consolidar o tecido social. Esse tecido, dinâmico por natureza, manifesta processos de reafirmação e transformação de seus traços identitários (Leff, 2011).

Nesse contexto, a educação – desde os níveis fundamentais até os superiores – desempenha um papel essencial na criação de uma consciência plena nos estudantes sobre a interdependência dos seres vivos e dos fenômenos ao seu redor. Esses fenômenos geram repercussões imprevisíveis e inevitáveis, que comprometem o equilíbrio ambiental e ameaçam o desenvolvimento sustentável.

O PROPÓSITO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Desde seus primórdios, a educação – como instrumento – tem sido citada como capaz de formar nos alunos ideias básicas de grande alcance, ou seja, promover o desenvolvimento pleno dos indivíduos como seres humanos e formar uma consciência coletiva. Essa consciência deve estar acompanhada de uma ação educativa eficiente na transmissão de noções científicas e, ao mesmo tempo, na construção de uma consciência política, tornando cada grupo social e cada indivíduo um membro ativo da sociedade, capaz de contribuir para a tomada de decisões e para a ação política. A política, nesse sentido, é entendida como a atividade ideológica voltada para conduzir a tomada de decisões de um grupo

de indivíduos em busca de determinados objetivos, além de servir como meio para resolver os interesses conflitantes dentro de uma sociedade, com o propósito de alcançar o bem comum (Loureiro, 2019).

No início deste século XXI, integrar a dimensão da problemática ambiental à educação torna-se imperativo. Como aponta Sato & Carvalho (2015, p. 2), isso se deve, principalmente, à necessidade de combater:

[...] o conformismo cognitivo e cognoscitivo, mas há um conformismo ainda mais difícil de enfrentar: o conformismo cultural. As marcas culturais trazem consigo paradigmas que se 'normalizam' e eliminam discussões sobre os conceitos básicos que os compõem. Todo ser humano é influenciado por uma marca cultural, que primeiro se forma na família, depois na escola e, posteriormente, na vida profissional e laboral.

A desigualdade também está presente nos sistemas educacionais. Embora o acesso à educação tenha se tornado mais abrangente, ainda persistem disparidades na qualidade do ensino disponível aos alunos, assim como nas oportunidades que lhes são oferecidas durante sua formação e após a conclusão dos estudos (Loureiro, 2019).

Dessa forma, torna-se essencial analisar com maior atenção como a educação pode contribuir para legitimar o desenvolvimento sustentável e melhorar as condições de equidade e harmonia coletiva. Assim, a educação desempenharia um papel fundamental no desenvolvimento humano sustentável, conforme afirma Sato & Carvalho (2015, pp. 41-42):

A educação deve contribuir e promover mudanças nos esquemas de pensamento e nas formas de agir da nossa sociedade. Ou seja, a educação, de modo geral, deve direcionar seus esforços para a formação de posturas e significados ambientais que incentivem a participação cidadã no desenvolvimento sustentável. Historicamente, a educação tem sido o

meio utilizado pelos povos para alcançar uma vida melhor; sempre esteve associada ao desenvolvimento das coletividades humanas.

Esse papel da educação está condicionado a cinco funções essenciais, que devem ser consideradas para que ela se estabeleça como eixo transformador da sociedade e para que seu discurso e prática estejam alinhados com o objetivo de construir uma sociedade sustentável (Morin, 2017, p. 42):

Libertar e dignificar as pessoas, promovendo valores mais profundos que se conectem com a consciência;
Impulsionar mudanças na sociedade para torná-la mais íntegra e justa;
Desenvolver plenamente as potencialidades de todos os indivíduos;
Preparar as pessoas para o trabalho;
Fomentar a sociabilidade e o respeito pela diversidade cultural entre as comunidades humanas.

A Educação Ambiental, em retrospectiva, surgiu entre as décadas de 1960 e 1970, quando o interesse pela proteção ambiental começou a ser discutido em nível internacional. Esse movimento influenciou a esfera educacional, impulsionando a criação de programas específicos, como o Programa Internacional de Educação Ambiental, desenvolvido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) (Loureiro, 2019).

No entanto, o conceito de Educação Ambiental ganhou força com a “Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente”, realizada em Estocolmo em 1972 pela ONU. Esse evento destacou a importância da Educação Ambiental para modificar o modelo de desenvolvimento vigente até então. Inicialmente vinculada ao conceito de “ecodesenvolvimento”, a conferência enfatizou a necessidade de promover a Educação Ambiental tanto no ensino formal quanto no

não formal. Foi ressaltada a importância de envolver jovens e adultos nesse processo, visto que são atores fundamentais na problemática ambiental. Dessa forma, a participação cidadã na preservação do meio ambiente se tornaria um instrumento essencial para garantir o uso sustentável dos recursos naturais, permitindo que os seres humanos obtenham benefícios duradouros ao longo do tempo (Veiga, 2015).

Hoje, estamos na década da educação para o desenvolvimento sustentável, promovida pela Organização das Nações Unidas, como uma resposta às questões levantadas nas Cúpulas da Terra do Rio de Janeiro (1992) e de Joanesburgo (2002). A ONU (2015) assumiu a promoção dessa campanha, com o objetivo de incentivar as estruturas governamentais das diferentes nações do mundo a adotarem medidas que fortaleçam os propósitos dessa iniciativa, incorporando suas diretrizes nos planos educacionais de cada país. Para isso, foram propostas ações concretas dentro dessa campanha internacional, as quais foram sintetizadas (grifo nosso) e são apresentadas de acordo com a ONU (2015):

- a) Consumo responsável, baseado nas três práticas fundamentais (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e alinhado às demandas do "comércio justo".
- b) Reivindicação e fomento de avanços tecno-científicos que favoreçam a sustentabilidade, com controle social e a aplicação sistemática do princípio da precaução.
- c) Ações sociopolíticas em defesa da solidariedade e da proteção ambiental, tanto em nível local quanto global, visando eliminar desequilíbrios insustentáveis e os conflitos a eles associados, com a firme defesa da ampliação e generalização dos direitos humanos para toda a população mundial, sem qualquer tipo de discriminação (étnica, de gênero etc.).
- d) Superação da defesa de interesses e valores particulares de curto prazo, promovendo a compreensão de que a solidariedade e a preservação da diversidade biológica e cultural são requisitos essenciais para uma solução autêntica dos problemas ambientais.

Diante do exposto, a educação ambiental se estabelece como o espaço ideal para refletir sobre novos paradigmas de comportamento humano em relação ao meio ambiente. É importante lembrar que a educação ambiental se fundamenta nas interações sociais, econômicas e ecológicas que ocorrem em um determinado tempo e espaço. Além de integrar essas relações, a educação ambiental busca construir, mediar e orientar atitudes e valores que melhorem a relação entre os seres humanos e o meio ambiente, propondo ações progressivas que se ajustem aos desafios ambientais contemporâneos (Sachs, 2017). Loureiro (2019, p. 58) ressalta essa ideia ao afirmar categoricamente:

Durante séculos, a educação centrou-se exclusivamente no aprimoramento do indivíduo, sendo absolutamente antropocêntrica. No entanto, na segunda metade do século XX, motivada pela necessidade de responder a uma problemática ecológica cada vez mais evidente, surgiu um movimento educacional que ampliou seu escopo de atuação: a educação ambiental (E.A.).

Se a vida em sociedade se sustenta na vontade de esclarecer e agregar os melhores atributos dos indivíduos que a compõem, é imprescindível que a educação, enquanto elemento de socialização e pensamento crítico, acolha essa questão e busque respostas apropriadas para os desafios ambientais do presente e do futuro. Assim, a educação ambiental não deve ser encarada apenas como uma questão naturalista, mas também como uma ferramenta de transformação social.

De acordo com Sato & Carvalho (2015, p. 47): "Educa-se para a identificação das causas dos problemas e para a construção social de soluções, considerando a realidade ambiental como um conjunto de fatores naturais e sociais, bem como seus conflitos." Essa ideia é corroborada por Sachs (2017, p. 9), ao afirmar que:

A proposta educacional da escola, em muitos casos, é uniforme e homogênea, desconsiderando o contexto de vida do aluno. Muitas vezes, ele precisa se orientar em um ambiente escolar onde prevalece uma estrutura de significados diferente da sua realidade.

Nesse sentido, vale destacar a preocupação central de Alfred North Whitehead (1861-1947), que, em sua tese "Os Fins da Educação"⁴, enfatiza que a educação deve transmitir sabedoria, em vez de se limitar ao ensino de conteúdos e disciplinas. Na sociedade contemporânea, o foco excessivo na transmissão de conhecimentos leva os estudantes a desenvolverem apenas habilidades mecânicas e métodos para processar informações, deixando de lado a reflexão e o pensamento crítico, o que limita seu desenvolvimento intelectual (Loureiro, 2019). Em outras palavras:

A sabedoria consiste em transmitir conhecimentos úteis, sendo essencial que o professor relacione esse conhecimento com o interesse do aluno. Em qualquer disciplina, é necessário demonstrar a relevância do 'aqui e agora'... A sabedoria não pode existir sem uma base de conhecimento, mas é possível ter apenas informação e não ser sábio. Deve-se distinguir entre o erudito e o sábio (ou culto): o primeiro possui amplo

⁴ Alfred North Whitehead (1861-1947) foi um matemático, filósofo e educador britânico, conhecido por suas contribuições à lógica, à filosofia da ciência e à teoria da educação. Em parceria com Bertrand Russell, coescreveu *Principia Mathematica*, uma obra fundamental para a lógica matemática. No campo educacional, Whitehead defendia uma abordagem que integrasse a criatividade, a experiência e a reflexão crítica ao ensino, em oposição à mera memorização de conteúdos. Em sua obra *Os Fins da Educação*, Whitehead critica

a educação mecanicista e fragmentada, enfatizando a necessidade de um ensino que promova a sabedoria e não apenas a transmissão de conhecimentos isolados. Ele argumenta que o aprendizado deve estar conectado à realidade dos alunos, estimulando a curiosidade, a imaginação e a aplicação prática do conhecimento. Para ele, a verdadeira educação forma indivíduos capazes de pensar criticamente e agir com criatividade e discernimento na sociedade (Loureiro, 2019).

conhecimento adquirido por meio do estudo em uma ou mais áreas, enquanto o sábio ou culto não apenas detém esse conhecimento, mas também sabe aplicá-lo de acordo com os valores mais elevados da humanidade, como criatividade, tolerância, veracidade e justiça (Morin, 2017, p. 4).

Sato & Carvalho (2015) complementam essa reflexão ao afirmar que, em muitas instituições de ensino os cursos são organizados de forma lógica, mas sem conexão com outras dimensões que fazem parte da realidade humana. Nesse contexto, os alunos são treinados para 'fazer algo', mas não necessariamente para 'ser alguém'.

O PAPEL DO ESPAÇO EDUCATIVO

As instituições educativas desempenham um papel fundamental na formação dos indivíduos e na transmissão do conhecimento, funcionando como um espaço essencial para o desenvolvimento social e intelectual. No entanto, seu funcionamento e estrutura variam conforme o contexto político, econômico e cultural de cada nação.

Veiga (2015) destaca que essas instituições assumiram uma "função paterna especializada", substituindo o papel que antes era exclusivo da família na transmissão do conhecimento. Já Veiga (2015) aponta cinco aspectos essenciais para a melhoria do ensino, enfatizando a necessidade de inovação, adaptação às demandas sociais e comprometimento com a qualidade da educação.

Diante dos desafios contemporâneos, a educação ambiental surge como uma estratégia fundamental para guiar as instituições na promoção do desenvolvimento sustentável. O desafio é garantir que esse processo não seja apenas um acréscimo ao currículo, mas uma mudança significativa na forma como o conhecimento é transmitido e aplicado na realidade dos alunos.

Os cinco aspectos destacados por Morin (2017) sobre a melhoria das instituições educativas evidenciam a necessidade de uma abordagem abrangente e estratégica para elevar a qualidade do ensino.

Visão de futuro: Ter uma visão clara da escola possibilita o alcance de metas organizacionais e assegura o sucesso das iniciativas educacionais e administrativas. Isso fortalece a qualidade do serviço educativo prestado.

Liderança compartilhada: O conceito de liderança deve abranger todos os membros da instituição, incluindo gestores e professores. Ao invés de simplesmente delegar funções, a participação ativa e colaborativa permite uma gestão mais eficiente e engajada, beneficiando o desenvolvimento dos estudantes.

Adaptação ao contexto: Cada instituição deve desenvolver seus próprios programas de melhoria com base em uma avaliação institucional contínua. Além disso, é fundamental considerar outras experiências bem-sucedidas que possam servir de referência.

Foco nos resultados dos alunos: A eficácia educacional deve ser medida pelo progresso acadêmico, pessoal e social dos estudantes, em vez de se limitar apenas a mudanças em métodos pedagógicos ou a indicadores externos que não refletem a realidade institucional.

Abordagem multinível: O crescimento das instituições depende da implementação de melhorias tanto na gestão administrativa quanto nas práticas pedagógicas. Essas mudanças devem impactar diretamente a sala de aula e a formação dos estudantes, garantindo um ensino mais qualificado e contextualizado.

Esses princípios reforçam que a transformação educacional deve ser ampla, considerando tanto a estrutura organizacional quanto as práticas pedagógicas e o desenvolvimento dos alunos.

Por outro lado, Sachs (2017, p. 19) afirma de forma sucinta que as instituições educativas se constituem como "um mundo à parte, à margem da vida

cotidiana, em um recinto reservado e preservado do mundo exterior”. Ele argumenta que são nesses espaços onde interagimos e nos construímos individualmente, onde se criam, com clareza, os significados e simbolismos que dão representatividade e pertencimento às pessoas em seus grupos sociais e, além disso, onde se compreendem o cenário e as circunstâncias em que se vive.

Portanto, é essencial que as instituições educativas sejam o ponto de encontro entre o conhecimento escolarizado e os aspectos da vida em que os alunos estão inseridos, a fim de evitar contradições entre o conhecimento empírico cotidiano, que emerge dos diversos âmbitos da vida dos educandos, e o conhecimento acadêmico. Dessa forma, busca-se impedir a dissociação entre as formas de perceber a realidade e os modos de abordá-la (Sato & Carvalho, 2015).

Nas palavras de Veiga (2015, p. 25), isso se explica da seguinte maneira: “Utilizamos constantemente as crenças, teorias e explicações que elaboramos sobre o mundo para compreender a realidade, reduzir a incerteza diante dos problemas e antecipar ações que concretizem nossos pensamentos.”

Além disso, as instituições educativas se configuram como espaços que possibilitam a interação e a comunicação entre os membros da sociedade, por meio de um intercâmbio social baseado em uma realidade comum sustentada tanto na história individual quanto na história coletiva (Sato & Carvalho, 2015).

Nesse sentido, Veiga (2015, p. 57) afirma que: “A instituição [educativa] é uma rede simbólica, socialmente sancionada, na qual se combinam, em proporções e relações variáveis, um componente funcional e um componente imaginário.” Dessa forma, segundo Leff (2011, p. 31), “não são apenas conhecimentos e técnicas que são transmitidos pela escola; transmitem-se também – e sobretudo – todos os conflitos, medos e mecanismos de defesa próprios de cada época”.

Assim, as instituições educativas refletem as atividades sociais e culturais, bem como as circunstâncias que surgem da interação individual ou coletiva dentro de seu contexto social, econômico e ecológico. Como aponta Morin (2017, p. 23): “Qualquer conhecimento deve contextualizar seu objeto para ser pertinente. ‘Quem somos?’ é indissociável de ‘Onde estamos?’, ‘De onde viemos?’, ‘Para onde vamos?’”

Esse questionamento deve ser constantemente promovido dentro das instituições educativas, a fim de reconhecer as diferentes representações do ambiente que os alunos possuem. Isso porque, dependendo das posturas adotadas para estimular ou orientar uma percepção simbólica adequada ou ilusória, serão moldadas as atitudes, comportamentos e ações que esses educandos desenvolverão no futuro.

Portanto, se as instituições educativas desejam favorecer a implementação do desenvolvimento sustentável na sociedade, devem atuar como mediadoras entre o conhecimento e os aspectos da vida cotidiana. Para Veiga (2015), o objetivo é promover nos alunos uma consciência caracterizada pelo interesse, preocupação e compromisso, formando indivíduos que considerem, em sua linha de pensamento, as gerações futuras.

Ou seja, trata-se de “promover um conhecimento capaz de abordar os problemas globais e fundamentais, para nele inserir os conhecimentos parciais e locais” (Morin, 2017, p. 11). Nesse contexto, é inegável que as tecnologias da informação e comunicação têm favorecido significativamente esse processo dentro das instituições educativas, tornando-se componentes essenciais na instrução e na transmissão da cultura e dos valores sociais que incentivam o desenvolvimento sustentável, com um viés ético e de participação cidadã (Sato & Carvalho, 2015).

Em síntese, os referenciais teóricos que abordam o papel do espaço educativo destacam a importância de considerar esse ambiente como um agente socializador do ensino e do desenvolvimento individual dos educandos, permitindo o contato direto

com objetos de estudo e acontecimentos de ordem socioeconômica e ecológica. No entanto, é fundamental que esse espaço priorize referências que orientem os alunos a tomar decisões inteligentes, visando seu bem-estar em diferentes contextos de interação – seja no aspecto social, no equilíbrio pessoal ou no desenvolvimento cognitivo. Dessa forma, os espaços educativos se consolidariam como estruturas que conduziram a educação com um alto conteúdo ético, ou seja, buscando o bem comum à luz da razão. Como acrescenta Morin (2017, p. 4), nesses espaços educativos a educação deve caminhar em direção a:

[...] uma ‘antropoética’, considerando o caráter triplo da condição humana, que consiste em ser, ao mesmo tempo, indivíduo, sociedade e espécie. Nesse sentido, a ética indivíduo/espécie requer um controle mútuo da sociedade sobre o indivíduo e do indivíduo sobre a sociedade – ou seja, a democracia. A ética indivíduo/espécie convoca a cidadania planetária no século XXI. [...] A educação deve não apenas contribuir para a tomada de consciência de nossa Terra-Pátria, mas também permitir que essa consciência se traduza na vontade de exercer uma cidadania global.

Para alcançar esse objetivo, será necessário estabelecer diretrizes e estratégias nos marcos jurídicos que fortaleçam a educação ambiental. Além disso, dentro dos espaços educativos, devem ser criados ambientes de transversalidade que envolvam diversas modalidades de ensino, pautadas no respeito à vida, na equidade e na solidariedade social, bem como no reconhecimento da diversidade humana. Isso implicaria considerar a educação ambiental como um elemento globalizador, capaz de conferir consistência, organização e coesão ao conhecimento, promovendo a interdisciplinaridade no aprendizado (Sato & Carvalho, 2015).

Caso isso ocorra, os espaços educativos se tornarão ambientes propícios para o estudo e a promoção da sustentabilidade, confrontando formas de

pensamento que levam à desnaturalização da realidade e incentivando nos educandos um “verdadeiro letramento da reflexão” (Leff, 2011, p. 21).

Além disso, o conhecimento deve ser construído e questionado a partir de diferentes perspectivas, como a cognitiva, a histórico-cultural, a científico-tecnológica e a ecológico-holística. Dessa forma, a educação nesses espaços se tornaria um veículo para uma “práxis social promotora de processos individuais e coletivos” (Sato & Carvalho, 2015, p. 25)., onde tanto professores quanto alunos possam se educar de forma individual ou coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término desta análise, a revisão realizada sobre a educação ambiental e os espaços educativos voltados à sustentabilidade evidenciou as potencialidades desses elementos como caminhos essenciais para a consecução do desenvolvimento sustentável. Destaca-se, especialmente, que a interação entre educação ambiental e espaços formativos pode possibilitar o acesso a uma práxis social fundamentada nos princípios de compromisso, justiça e equidade social, resultado da apropriação crítica do conhecimento. Tal conhecimento deve ser transversal e transformador, funcionando como instrumento para a melhoria das condições de vida da sociedade e para a promoção de uma transformação da realidade socioambiental vigente.

Essa transformação assume um caráter prospectivo, ao estabelecer análises orientadoras das condições técnico-econômicas e socioambientais desejáveis para o futuro, que, no presente, precisam ser antecipadas por meio da incorporação e aplicação desse conhecimento, visando modificar a realidade atual.

Atualmente, a educação ambiental tem sido associada a uma corrente filosófica de cunho pragmático, que valoriza atitudes práticas, eficazes e rápidas. Essa abordagem favorece a promoção, nos espaços educativos, de momentos de reflexão e discussão acerca dos problemas socioambientais que impactam a

sociedade contemporânea. O objetivo é fomentar um diálogo crítico sobre a sustentabilidade, que ocorra de forma recíproca, promovendo a conscientização da relação do indivíduo com o outro e com o coletivo, revelando, assim, a construção social da realidade.

Em síntese, essa realidade configura-se como um processo coletivo e dinâmico, que manifesta o conjunto de relações que definem o ser humano enquanto sujeito social, dotado de identidade histórica, cultural, racional, linguística e política, imerso em uma práxis social. Nesse contexto, fica evidente que os problemas centrais da humanidade não são fragmentados, devendo ser compreendidos, por meio da educação ambiental e dos espaços educativos, como uma relação dialética e inseparável entre o ser humano e a natureza.

REFERÊNCIAS

Leff, E. (2011). Epistemologia ambiental. São Paulo: Cortez.

Loureiro, C. F. B. (2019). Educação ambiental transformadora. São Paulo: Cortez.

Morin, E. (2017). Os sete saberes necessários à educação do futuro. 5 ed. São Paulo: Cortez.

ONU. Organização das Nações Unidas. (2015). Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>

Sachs, I. (2017). Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond.

Sato, M., & Carvalho, L. M. (2015). Educação ambiental: Pesquisa e desafios. São Paulo: Artmed.

Silva, E. P. (2016). Educação ambiental: Princípios e práticas. São Paulo: Senac.

Veiga, J. E. (2015). Desenvolvimento sustentável: O desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond.

Villela, H. M. D. (2018). Gestão ambiental: Responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Saraiva.